
AS MITOLOGIAS POLÍTICAS INTEGRALISTAS E A MOBILIZAÇÃO DAS MASSAS NA ESTRATÉGIA DE PLÍNIO SALGADO: O MITO CONSPIRATÓRIO E AS REPRESENTAÇÕES DA CRISE NO BRASIL ENTREGUERRAS

THE INTEGRALIST POLITICAL MYTHOLOGIES AND THE MOBILIZATION OF MASSES IN PLÍNIO SALGADO'S STRATEGY: THE CONSPIRACY MYTH AND REPRESENTATIONS OF CRISES IN INTERWAR BRAZIL

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22857>

Pedro Ivo Dias Tanagiro
Doutorando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: pedrorionovo@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo aborda aspectos particulares das linguagens políticas integralistas, analisando estratégias e opções na construção das narrativas integralistas situadas no campo do que chamamos “mitologias políticas”. Dentro desse campo interpretativo da História Política, analisamos especificamente a utilização do “mito conspiratório” nas narrativas integralistas, tomando como fontes uma seleção de textos escritos entre 1932 e 1937 por Plínio Salgado, fundador e Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB). A discussão sobre os usos da linguagem no integralismo nos conduz às discussões acerca do papel fundamental que o mito assume nos vocabulários políticos do Entreguerras, enquanto uma das maiores características dos movimentos de massa do período, como a AIB. Dialogamos com a teoria e método desenvolvidos nas obras de E. Cassirer e R. Girardet, que tratam do mito na linguagem política do período analisado com grandes contribuições. Analisando esse nicho das mitologias políticas integralistas, esperamos contribuir com os estudos que buscam compreender o universo intelectual da AIB e suas estratégias de mobilização das massas, dentro de uma abordagem linguística e contextualista como sugerem R. Koselleck e J. Pocock.

PALAVRAS-CHAVE: Plínio Salgado. Integralismo. Mitologias Políticas.

ABSTRACT: This article discusses particular aspects of integralist political languages, analyzing strategies and options in building integralist narratives situated within the field of what we call "political mythologies". Within this interpretive field of Political History, we specifically analyze the use of the "conspiracy myth" in the integralist narrative, using as sources a selection of texts written between 1932 and 1937 by Plinio Salgado, founder and National Chief of the Brazilian Integralist Action or, "Ação Integralista Brasileira" (AIB). The discussion about the uses of language in integralism lead us to discussions about the key role that the myth takes in the interwar political vocabulary as one of the greatest features of the mass movements of the period, such as AIB. We dialogue with theory and method developed in the works of E. Cassirer and R. Girardet, dealing with the myth in the political language of the period analyzed with great contributions. Analyzing this niche of integralist political mythologies, we hope to contribute with studies trying to understand the intellectual universe of AIB and its masses mobilization strategies within a linguistic and contextual approach as R. Koselleck and J. Pocock suggests.

KEYWORDS: Nicolau de Araújo Vergueiro. Rio-Grandense Republican Party. Coronelismo.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a historiografia do integralismo no Brasil tem dedicado maior atenção ao universo intelectual da AIB. Tem sido enfatizado o olhar sobre a ação do intelectual na tentativa política de transformação da sociedade por meio da reformulação da cultura. Acompanhando a tendência atual da História Política, este artigo apresenta uma análise sobre a função do mito político na construção de novas linguagens, na formulação ou reformulação de conceitos sociais e políticos novos que pretendiam suscitar mudanças na história, analisados na dinâmica da ação intelectual inserida nas arenas do poder. O *corpus* documental do qual pinçamos os textos aqui analisados foram escolhidos entre livros e artigos de jornais publicados por Plínio Salgado, durante os cinco anos da ascensão e queda da AIB, entre 1932 e 1937.

A questão da mudança conceitual (KOSELLECK, 2006) e da reformulação dos vocabulários políticos (POCOCK; MICELI, 2003) é essencial para a reconstrução dos contextos sociais e políticos que delimitam o período Entreguerras no qual Salgado viveu e ajudou a dar vida ao integralismo. Segundo Ernst Cassirer, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, teria havido um recrudescimento do uso do mito na política, uma vez que a alternativa racionalista havia sido posta em xeque (CASSIRER, 2003: 322).

Nessas condições, teria prevalecido “um tipo de concepção mental que é contrária ao pensar teórico e discursivo. Pois, se este tende à expansão, à concatenação e à conexão sistemática, as apreensões linguística e mítica, ao contrário, tendem à condensação, à concentração e à caracterização isolada” (CASSIRER, 1992: 73). Nessa perspectiva, o mito é entendido para além de sua compreensão tradicional de ilusão ou mentira. O mito e a visão mítica da realidade, antes de tudo, compreendem um grande sistema de conhecimento e de comunicação.

Nosso maior objetivo é compreender como Salgado entendeu o processo de formação e funcionamento da linguagem e sua origem no mito, em suas implicações sociais, históricas e antropológicas, para com isso lançarmos luz sobre o uso político do mito, analisando a preeminência do paradigma linguístico e mítico-religioso na construção das narrativas integralistas. Sobre essa tendência marcante da política de massas do Entreguerras, Salgado chegou a afirmar em *Literatura e Política* (1927), publicado antes da fundação da AIB em 1932, que “Os ideólogos da democracia nunca poderão compreender essa nova inteligência, que desperta sedenta de realidades” (SALGADO, 1956: 123).

O mito foi sempre descrito como o resultado de uma atividade inconsciente e como um produto livre da imaginação, “Mas aqui encontramos o mito feito de acordo com um plano. Os

novos mitos políticos não crescem livremente; não são frutos bravios de uma imaginação exuberante. São coisas artificiais fabricadas por artesãos hábeis e matreiros” (CASSIRER, 2003: 327). O homem moderno não consegue esquecer ou ignorar inteiramente a racionalidade. A fim de poder crer, “ele deve encontrar algumas razões para o seu credo; deve formar uma ‘teoria’ para justificar as suas crenças. E essa teoria, pelo menos, não é primitiva: é, pelo contrário, altamente sofisticada” (CASSIRER, 2003: 325).

Dentro do universo dos mitos políticos integralistas na década de 1930, analisamos neste artigo aqueles vinculados à temática da “conspiração”. De modo geral, os “mitos conspiratórios” seriam características peculiares de sociedades que vivenciaram momentos conturbados de crise, ou de grande tensão social. Igualmente, as temáticas da “salvação” e do “complô” possuíam uma função estratégica, pois as noções de uma conspiração invisível e da necessária emergência do “homem providencial” foram utilizadas como mito mobilizador pelos últimos dois séculos nas arenas políticas de praticamente todas as sociedades do Ocidente contemporâneo (GIRARDET, 1987: 49).

Para Girardet, fica claro que nenhum dos mitos políticos se desenvolve no exclusivo plano da fábula. Mas, no que diz respeito à mitologia do complô, esta normalmente possui uma carga de densidade histórica pesada: “com efeito, não há nenhuma, ou quase nenhuma, de suas manifestações ou de suas expressões que não possa ser relacionada mais ou menos diretamente com dados factuais relativamente precisos, facilmente verificáveis em todo caso, e concretamente apreensíveis” (GIRARDET, 1987: 52).

Na arena política brasileira, a disputa simbólica entre comunistas e integralistas reiterava a atmosfera de um imaginário político permeado pelo medo e, cada um destes polos, buscou arrebatá-los aqueles que procuravam proteção nas organizações coletivas. Os mitos conspiratórios propagados pelo discurso integralista, mormente através de sua imprensa, constituíram uma importante estratégia para sustentar a ideia de “crise” e, assim, estimular o consenso em torno da hierarquia autoritária mantida pela AIB.

Como o próprio Salgado admitiu, o comunismo fora um inimigo mais do que oportuno naquela hora, em que as mais diferentes ideologias se organizavam cada vez mais próximas do então novo modelo de “partido revolucionário militarizado” (PINTO, 2009) inaugurado na III Internacional. Naquele contexto impregnado pelos traumas, contradições e transformações da modernidade, surgiram as mitologias políticas integralistas.

CONTEXTUALIZANDO A CRISE DOS ANOS 1930 NO BRASIL E A EMERGÊNCIA DA AIB

A Constituição Federal outorgada em 10 de novembro de 1937, também conhecida como a “Polaca”, deu início à ditadura do Estado Novo (1937-1945) de Vargas, quando institucionalizou a escalada do autoritarismo estatal iniciada décadas antes, por múltiplos episódios em que foi decretado o “estado de emergência”, “estado de guerra” e “estado de sítio” durante a Primeira República. Esse processo se tornou mais acelerado a partir da revolução de 1930, mas, foi após a promulgação da Constituição Federal de 1934, com o cenário político radicalizado que a envolveu e que fez possível tornar norma jurídica os princípios do autoritarismo corporativista, nacionalista e de visão orgânica da sociedade, consagrado na Constituição de 1937. O Estado viu-se assim desatado dos laços que o impediam de dirigir o processo de modernização do país com maior autonomia e de sufocar grupos e indivíduos que se opusessem ao novo regime.

O cenário de instabilidade política que marcou o nascimento do Brasil moderno teve seu início na década de 1920, atingindo seus picos na onda do movimento tenentista. Não obstante, durante a década de 1930 a crise, que trazia em si questões mal resolvidas da década anterior, atingiu seu auge. Nada menos do que uma revolução (1930), uma guerra civil (1932) uma sublevação (1935) e um golpe de Estado (1937) delimitam esse período, sendo eventos precedidos e sucedidos por todos os tipos e níveis de conjurações, à direita e à esquerda, empenhadas em destituir Vargas do poder e dar fim, ou redirecionamento, ao processo iniciado em outubro de 1930 pela Aliança Liberal (que uniu forças dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba).

O movimento iniciado com a Revolução de 1930 também pode ser encarado como uma “renovação”, na medida em que atendeu – e sua manutenção dependia disso – muitas demandas populares, assimilando-as, transformadas é claro, ao projeto do Estado. Entre estas demandas populares, exigiam a ampliação dos direitos civis (que na verdade foram diminuídos) e sociais (estes sim, ampliados), maior participação política e moralidade no trato com a coisa pública, interesses que acabaram envolvendo os setores urbanos e letrados da sociedade, em torno da expectativa de uma “cultura moderna”, que se traduzia pelas ideias de “unidade” nacional em termos políticos e culturais, de “centralização” e aparelhamento do Estado, que se autojustificava pela noção de uma missão, que seria realizar a obra de

“civilização” do país e “construção da nação” (LAHUERTA, 1998: 103-105). Assim, identidade, singularidade, mudança e futuro como construção são os ingredientes do horizonte semântico do pensamento social e político a partir da década de 1930 (CEPÊDA, 2009: 215).

A expressão “República Velha” se transformou em uma autêntica “fórmula mental”, e, não por acaso, foi pensada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 e 1930, entre os mais conhecidos estão Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. O obscurecimento de uma parte da esfera da participação política durante a Primeira República estaria relacionado com a torrente de diagnósticos construídos durante o período. Entre estes “diagnósticos da crise”, pesou a ideia de que o povo brasileiro não teria capacidade de ação coletiva; que a sociedade brasileira, sendo inorgânica, seria insolidária e, por isso, inadequada às formas de associação de um modelo liberal-democrático (GOMES, 2009: 1-5). É nesse espaço em que cresceu a tendência pelo autoritarismo corporativista nacionalista como instrumento da modernização brasileira.

A associação feita entre “atraso”, poder oligárquico e liberalismo constitucional aproximou, gradativamente, o nacionalismo de matriz “organicista e corporativa” das posturas da esquerda, que resultavam da combinação “do jacobinismo da juventude militar com a versão militarizada do comunismo da III Internacional” (LAHUERTA, 1998: 98)¹. É por isso que, segundo Lahuerta, mesmo divergindo quanto ao caminho, havia um “caldo de cultura comum” entre as várias correntes intelectuais, que fez com que, durante muito tempo, as questões relativas às liberdades políticas e à ampliação da cidadania política ficassem relegadas a um plano secundário, se tornando opinião majoritária que a modernização deveria ser feita “de cima para baixo”.

Segundo Eliana Dutra, o conceito de liberdade nesse período não se definia por uma ideia de “autonomia” do indivíduo, tanto nos discursos da direita, quanto da esquerda. Os discursos políticos daquela época teriam sido marcados pela noção de “desejo coletivo”, trazida a reboque pela tão corrente temática do “bem comum”, que era simbolizado, naquele momento, pela ideia de “pátria”. Essa noção de “desejo coletivo”, ou “bem comum”,

¹ Sobre a tradição militarista “jacobina” no nacionalismo brasileiro, Lúcia L. Oliveira explica que, na primeira década da República brasileira, os projetos republicanos dividiam-se em pelo menos duas vertentes de maior relevo. De um lado, estava o projeto *oligárquico*: federalista, liberal, agroexportador, socialmente excludente e elitista, e de outro, estava o projeto *jacobino*: militarista, radical, nacionalista, mobilizador e antioligárquico. O papel decisivo do exército no golpe que derrubou a Monarquia aproximou os jacobinos do poder, tornando-os base de apoio do governo do marechal Floriano. A “consolidação” da República após a repressão do “marechal de ferro” à Revolta da Armada em 1893, e à Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, fez do “florianismo” um componente vital do “*nacionalismo jacobino*”, que apresentava um projeto alternativo ao dos republicanos liberais e dos monarquistas (OLIVEIRA, 1990: 92).

constrangia o conceito liberal-democrático de “*liberdade*”, ao mesmo tempo em que preconizava uma atitude de cooperação com a mobilização centralizadora, apresentada por vários discursos em disputa naquela época, fossem estes do Estado, dos comunistas ou dos integralistas, que acabou por estimular um consenso favorável em torno de ideias de ordem e segurança que deveriam ser garantidas pela gestão autoritária dos assuntos públicos (DUTRA, 1997: 149).

A ideia de pátria adquiriu desse modo uma potencialidade estratégica, se tornando um elemento imprescindível. É necessário unir a ideia de “pátria” à ideia de “Estado”, sobretudo porque o patriotismo e o nacionalismo foram pilares das estruturas autoritárias que surgiram naquele período. A ideia de pátria foi responsável pela diluição das diferenças entre as esferas públicas e privadas. De acordo com Dutra, através desse apelo se “manipula as inseguranças dos sujeitos, fazendo-os revivenciar temores arcaicos que são direcionados para o espaço público da nação”, lugar este que tomaria o espaço reservado junto à mãe, junto à família e ao lar (DUTRA, 1997: 150).

Para que essa insegurança social fosse alimentada, era necessário o desenvolvimento de todo um aparato de discursos com teor nacionalista, fundados no “perigo iminente da nação”. Por outro lado, como afirma a autora, esses mesmos discursos acalmavam os ânimos com as jornadas cívicas e as campanhas de civismo que ordenavam e direcionavam as emoções em conjunto, criando uma atmosfera de segurança e união da pátria. Como resposta a essa devoção da sociedade, esses discursos acenavam com uma “garantia simbólica: da proteção com a ideia-imagem de pátria/mãe; da integridade com uma ideia-imagem de pátria/una; e da identidade social e ou nacional com a ideia-imagem de pátria/moral.” (DUTRA, 1997: 151). Com essa interpretação, Dutra viu a presença do “ardil totalitário” predominar na construção e manejo estratégico do imaginário político dos anos 1930.

A fundação da AIB em 1932 polarizou os setores *conservadores*, *autoritários*, *totalitários*, *corporativistas*, *nacionalistas* e *espiritualistas*, se transformando rapidamente em um movimento presente em todo o país. A proposta da AIB era resolver a “questão social” e a “questão nacional” através de uma campanha *antiliberal* e *anticomunista*, almejando a organização de um novo Estado cuja tônica seria a centralização do poder, a direção da economia, a adoção do sistema corporativista e a revolução cultural integralista, que unia anseios modernizantes com a refundação de tradições perdidas. Por meio de uma campanha ideológica pragmática, veiculada por jornais, revistas, rádio, cinema e muitos livros, somada a uma doutrina de formação moral, cívica e física, os integralistas apresentaram ao Brasil seu

projeto de revolução que, em quase cinco, congregou uma multidão que dizem ter sido mais de um milhão de pessoas².

A campanha de Plínio Salgado importava em uma noção de mobilização permanente das massas, a partir da criação de uma cultura política de “cidadãos-soldados” em torno do lema *Deus, Pátria e Família*. Esta propaganda foi alimentada pelos temores, angústias e sonhos coletivos dos setores insatisfeitos e/ou amedrontados com as mudanças em processo. A causa urgente da AIB, segundo o autor, era “terminar” o processo de formação do Estado nacional brasileiro com a implantação do “*Estado Integral*” – telos da história do “Espírito do Povo” no Brasil.

O conceito de “*integralismo*” em uso na década de 1930 não significava apenas um movimento político. Pelo contrário, este conceito referia-se a um complexo sistema composto por uma nova concepção de vida, um novo paradigma e um novo método de construção do saber que se denominou “integral”. Ou seja, o integralismo, de um ponto de vista mais amplo, seria o produto da revisão e síntese das filosofias do passado submetidas à nova sensibilidade proposta pelo movimento para o processo do *conhecer* e do *ser*.

Enquanto antítese do “Perigo Vermelho”, a AIB foi constituída segundo uma concepção estética que lhe concedesse o aspecto de um movimento cultural revolucionário, que representasse aquilo que havia de mais novo em termos de uma atitude política moderna em face aos problemas sociais, econômicos e da cultura. Com esse intuito, ao lado da formação de secções de estudos voltadas para a publicação de pesquisas e obras desenvolvidas pelo “novo método integral”, os integralistas aderiram ao uso de um conjunto de símbolos, práticas, rituais, que envolvia um uso criterioso e regulado de uniformes, insígnias, honras, regalias, hinos, eventos esportivos, culturais e políticos. Eles adotaram como símbolos a camisa-verde; a letra grega Sigma (Σ), que vinha sobreposta ao Cruzeiro do Sul na bandeira azul e branco da AIB; a saudação de inspiração tupi *Anauê!*, com o gesto de saudação erguendo o braço para o alto; e o culto à personalidade do líder carismático na pessoa do fundador e Chefe Nacional em caráter perpétuo da AIB: Plínio Salgado.

Os integralistas, também chamados de “camisas-verdes”, desfilaram em paradas pelas ruas do Brasil como ostensivas demonstrações de organização e poder, envolvendo-se também em rixas sangrentas que levaram às covas não poucos de seus militantes e inimigos. A AIB congregou adeptos, com núcleos em todas as capitais do país e em todo o interior, formou uma

² As cifras variam muito em relação ao número real de filiados à AIB entre 1932 e 1937. Trindade (1979) acredita terem sido cerca de 500.000, e a AIB em 1937 informava serem mais de 1.000.000 (AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, 1937: 4).

milícia pronta e armada para o combate e, com seu vertiginoso crescimento e sucesso eleitoral em 1936 – gravado na memória integralista como o “Ano verde” - lançou Plínio Salgado candidato à presidência da República em 1937, concorrendo nas eleições previstas (mas nunca realizadas) para março de 1938.

A luta entre fascismo e antifascismo foi uma das mais internacionalizadas do período Entreguerras e uma das que mais entusiasmou a juventude e a intelectualidade ocidental. Fascismo e antifascismo já se enfrentavam no Brasil desde a década de 1920, mas foi após a fundação da AIB que os embates aumentaram, tornaram-se mais violentos e adquiriram proporções nacionais. Em 1933, a organização entre variados (e muitas vezes concorrentes) setores da esquerda no Brasil (tenentistas de esquerda, socialistas brasileiros e italianos, anarquistas, comunistas - mas não o PCB - e trotskistas) deu origem à Frente Única Antifascista (FUA), ao Comitê Antiguerreiro, entre outras associações semelhantes (CASTRO, 2002: 354-360).

Após a promulgação da Constituição de 1934, o cenário político tornou-se ainda mais instável. Destarte, enquanto os integralistas se demonstravam dispostos a remover o governo e instituir o “Estado Integral” com a sua revolução, nas esquerdas se acreditava já estar instalado um cenário de “crise revolucionária” que exigia a criação urgente de *soviets* em preparo para a insurreição. Desse modo, ficou patente na época que “Setores das esquerdas e das direitas esperavam a primeira oportunidade para descartar a Constituição ou, pelo menos, reformá-la”, como disse Castro (2002: 371).

Assim, a partir de 1934, os combates entre militantes da AIB e das esquerdas antifascistas tornaram-se mais frequentes, mais públicos e mais chocantes pela violência e crescente número de vítimas feridas ou mortas em acontecimentos trágicos, como a “Batalha da Praça da Sé”, ocorrida no dia 7 de outubro de 1934, na cidade de São Paulo. Nesse contexto político e ideológico de confrontação violenta, a AIB consolidou a sua tradição anticomunista.

O conflito entre comunismo e anticomunismo passou a ocupar posição central ao longo do século XX, tornando-se um elemento presente na dinâmica política e cultural, bem como nas relações internacionais. No Brasil, desde a Revolução Bolchevique em 1917, a imprensa dava demonstrações de ojeriza ao programa comunista, mas este ainda representava um objeto distante. Com a adesão de Luiz Carlos Prestes ao marxismo-leninismo e a formação, em 1935, da frente ampla liderada por Prestes e pelo PCB denominada Aliança Nacional Libertadora (ANL), o clima começou a mudar. Após o levante promovido pela ANL em

novembro do mesmo ano - a “Intentona Comunista”, como ficou conhecida por seus detratores - o sentimento anticomunista atingiu um pico nunca antes visto no Brasil.

No período de 1935 a 1937, teria se estabelecido uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, repetida nas décadas seguintes pelo Estado, pelas organizações sociais e, talvez principalmente, pelos indivíduos “cujo zelo militante levou a constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista” (MOTTA, 2002: XXII). Esse imaginário anticomunista foi representado ao longo da história, por meio de um vasto plantel de adjetivos negativos, que buscavam dar vivacidade à ideia de um “Perigo Vermelho”.

Nesse período de 1935 a 1937, o crescimento da AIB foi acompanhado pelo acirramento da campanha anticomunista, com o aumento do policiamento cultural, da publicação ostensiva de obras de doutrina, da propaganda e, principalmente, na imprensa diária, acompanhado pelo aumento do aparato de inteligência e contrainteligência (espionagem) daquela organização. Não é redundante observar que, no período de maior crescimento e consolidação da AIB, com destaque para o “Ano Verde” (1936), o seu “inimigo” declarado estava mais vivo do que nunca, isto é, vivo no imaginário político.

O MITO CONSPIRATÓRIO NA ESTRATÉGIA INTEGRALISTA DE MOBILIZAÇÃO DE MASSAS

Trataremos nas próximas páginas de um elemento de suma importância para a constituição de qualquer grupo social ou político: a imagem do outro. Segundo Girardet, esse tipo de identificação grupal formada a partir da figura do “outro”, foi a principal estratégia de mobilização adotada por grupos organizados para a ação política, nos quais esteve presente a temática da conspiração.

Invariavelmente elaborada sob as atmosferas de ameaça e medo coletivo, a mitologia da conspiração tende a emergir como a projeção em negativo das aspirações e angústias tácitas, ou seja, como a expressão invertida de desejos mais ou menos conscientes. O valor político da oposição entre conceitos antitéticos assimétricos se explica pela função, agora evidente, de criar o enquadramento conceitual daquilo que o indivíduo deveria vir a ser, a partir da

classificação daquilo que ele não deveria vir a ser, representado pelo seu antípoda conceitual, o adversário político.

A ordem que o outro é acusado de querer instaurar não pode ser considerada como o equivalente antitético daquela que deseja por si próprio estabelecer? O poder que se atribui ao inimigo não é da mesma natureza daquele que sonha possuir? Essa capacidade sempre mais expandida de controle social, esse domínio dos acontecimentos e dos espíritos que ele supostamente exerce, não correspondem a essa forma de poderio reivindicada para o serviço da própria causa? Esse papel que se lhe atribui de ator determinante da história que se faz e daquela que se prepara não é aquele mesmo de que se sente tragicamente a frustração? Essa unidade orgânica da qual se lhe concede o privilégio, essa vontade suprema aonde vêm perder-se todas as vontades particulares, essa autoridade absoluta mas previdente e finalmente tutelar estendida a todos aqueles que estão unidos pelos mesmos juramentos e pelos mesmos comprometimentos, não correspondem elas, afinal, a um certo tipo de ideal comunitário tenazmente mantido no mais profundo das consciências?... O Mal apreendido como simples e exata inversão do Bem, o tema não se limita, para dizer a verdade, à exploração do exclusivo imaginário político (GIRARDET, 1987: 62).

No prefácio da obra *O Sofrimento Universal*, publicada em 1934, Salgado descreve seus textos segundo as circunstâncias nas quais foram feitos, “alguns destes volumes constituirão obras com unidade de método e de assunto”, enquanto outros possam ter caráter mais propagandístico, porém em todos eles, afirma Salgado, “haverá a harmonia de um pensamento, a permanência de uma atitude e a coerência doutrinária, com a qual respondo a pergunta que as gerações futuras poderão fazer indagando o sentido da minha perene batalha” (SALGADO, 1934: 8).

Se o sentido da “perene batalha” de Salgado pode ser inferido de uma síntese desta obra, como o autor sugere, então podemos dizer que este sentido provém de um diagnóstico pessimista em vista da ascensão e esplendor da humanidade materialista no raiar do século XX. O autor interpretou, a partir da leitura dos fatos e circunstâncias de sua época, os sinais do fim dos tempos: as cidades cresceram demais, a pauperização do trabalhador, mais escravo que no tempo dos faraós, animalizava o homem; quando este não era lançado à própria desgraça pelo grande latrocida, a “Besta do Apocalipse” - o “Capital”. “Tudo gira em torno desse ídolo muito mais terrível do que o Moloch de Cartago, que exigia menor número de vítimas para suas entranhas de fogo”, a burguesia capitalista “É o espírito da mentira e da crueldade. O dragão que devora os povos” (SALGADO, 1934: 18), e a máquina é o laçao de Satã e feitor do Homem, que veio para oprimir-lo ou jogá-lo à rua da amargura.

Em 27 de dezembro de 1934, Plínio Salgado publicou no jornal *A Offensiva* um artigo intitulado “Oração de Natal da Pátria Criança”. Nesse texto, há um realce da noção pessimista de ausência da “luz de Cristo” naquela hora de dor e provação. Os prognósticos do autor também não eram dos melhores, em relação ao futuro próximo do Brasil. Até mesmo o Papai Noel; “hediondo patriarca dos plutocratas”; era um sinal dos dias de desesperança decadência em que viviam os filhos de Cristo. O quê aguardava ainda essa geração? Quais eram os sinais do que estava por vir? “Uma estrela vermelha vem vindo da Ásia. Uma estrela de fogo e de sangue”, “Que será do mundo, quando ela pousar nas grandes Babilônias tentaculares?” (SALGADO, 1936: 91).

As conspirações pululavam subterraneamente: “serviços secretos de diplomacias, de polícias, estendem seus tentáculos por todos os quadrantes do planeta; trama-se ‘complôs’; ninguém sabe do dia de amanhã” (SALGADO, 1936: 92). E ganhavam significância escatológica com as metáforas construídas pelo autor, como na que diz, “A caveira com que Caim matou Abel fez a sua evolução até a metralhadora. A matéria e “o clamor de seus cantos dionisíacos” (SALGADO, 1936: 89) imperava madrastamente sobre o Homem, que no começo do século XX estaria vivendo sob o mesmo “terror cósmico” que vivia na era da caverna. Os animais antediluvianos: o mamute, o mastodonte, reapareceram no aço e ferro dos tanques, para servir à carnificina dos homens. Estamos dominados pelas loucuras primitivas” (SALGADO, 1936: 93), relatando de modo muito particular suas impressões e interpretações do período Entreguerras no Brasil.

O “jazz”, a “cocaína”, a “máquina”, a “metrópole”, os “*trustes* e conglomerados”, as “bolsas de valores”, o “desemprego”, a “ruína da família”, a “perda de Cristo” e cada um dos sintomas da decadência material, social e humana denunciados por Salgado, são atribuídos a uma mesma causa, uma mesma força malévola que a tudo isso manipula das sombras para seu próprio proveito: aqueles que conspiram.

Entre as mitologias conspirativas integralistas, o inimigo interno foi representado por figuras a muito tempo combatidas por Salgado: as oligarquias, os partidos políticos, os intelectuais e artistas liberais ou “de esquerda”, e os “falsos revolucionários” de 1930 (para Salgado, um pecado tão hediondo quanto ser um “falso profeta”). Em um artigo destinado “Aos conspiradores de todas as conspirações” o autor não poupou as oligarquias estaduais:

Ó masturbadores da Nação, depravadores dos instintos de um povo, excitadores da sensibilidade! Ó sádicos perversos, que fazeis sofrer a nossa Pátria os permanentes sobressaltos e as dores mais cruéis que são dores da

consciência de uma inferioridade nacional que pretendeis cada vez mais pôr em evidencia! (SALGADO, 1935: 83).

No prefácio do livro *A Doutrina do Sigma*, uma coletânea de artigos publicados no jornal *A Offensiva*, o autor se dirige aos que “se desiludiram das revoluções vitoriosas”, a “todos que conspiram em intencionas frustradas”, aos que confabulam, e também a todos aqueles que “tem acreditado em homens, esperando que a solução dos problemas que exigem estudo possa vir pela varinha mágica de um Messias” (SALGADO, 1935: 7), expressando assim duras críticas à Revolução de 1930. São artigos voltados para a conquista dos “inseguros”, ou daqueles que simpatizavam ou se uniam às fileiras vermelhas.

O prefácio de *O que é o Integralismo*, lançado em 1935, vem carregado de imagens de medo - “a sociedade pode desabar no sorvedouro extremista”, “o fruto do teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer a tua prole”, “infeliz geração!” – alternadas com promessas de salvação da pátria pelo sacrifício dos camisas-verdes, em nome de um lugar “na mais gloriosa página da história brasileira” (SALGADO, 1937a: 11).

A figura do inimigo estrangeiro se tornou o cerne dessas narrativas políticas construídas por Plínio Salgado em torno do tema da conspiração. É na figura do inimigo em que se personificou a doença, a morte, a guerra. Ou seja, é o elemento sombrio responsável por todas as infelicidades, pela ruína moral e material, pela instabilidade política e social e, sobretudo, pela traição ao nacionalismo e ao espírito cívico. Essa ideia foi expressa claramente no artigo “Epicuristas e Estoicos”, publicado originalmente no jornal *A Offensiva*, em dezembro de 1934, depois incorporado à coletânea de artigos do livro *Palavra Nova dos Tempos Novos*, de 1936.

O Brasil novo vai nascer da luta entre comunistas e integralistas. [...] Estes, querem garantir o culto de Deus, da Pátria e da Família, querem implantar um governo finalista e disciplinador, querem combater o capitalismo internacional que escraviza o Brasil e resolve a questão social interna pela organização corporativa, extinção dos partidos, orientação da economia nacional num sentido de bem coletivo e base material para as famílias (SALGADO, 1936: 27).

Nas palavras de Girardet, “O Mal que se sofre, e mais ainda, talvez, aquele que se teme, acha-se doravante muito concretamente encarnado. Ganhou uma forma, um rosto, um nome. Expulso do mistério, exposto em plena luz e ao olhar de todos, pode ser enfim denunciado, afrontado e desafiado” (GIRARDET, 1987: 55). Ainda segundo o autor, a “personificação do

Mal, a redução à unidade poupam, pelo menos aos que são suas vítimas, a menos suportável das ansiedades, a do incompreensível” (GIRARDET, 1987: 56).

Conforme o que escreveu Girardet sobre o tema da mobilização de grupos sociais e/ou políticos em torno do tema da conspiração, essas organizações coletivas surgiram como antíteses das próprias organizações secretas que queriam combater:

Posto de lado o princípio do segredo, nos dois casos está presente a imagem de uma Organização hierarquizada, ritualizada, que submete a uma mesma disciplina todos aqueles que reúne, unindo-os na busca de um mesmo desígnio, permitindo-lhes reconhecerem-se em torno dos mesmos símbolos e em uma mesma liturgia. Nos dois casos também, em oposição a uma sociedade fragmentada, desarticulada, onde o indivíduo, entregue a si mesmo, não pode senão constatar sua impotência e seu isolamento [...], ergue-se o modelo de uma comunidade poderosamente integradora, de coerência solidamente assegurada, e onde serão reencontrados o calor e a força das velhas solidariedades desaparecidas. O político e o sagrado vêm, assim, unir-se e, em certa medida, confundir-se. No segundo plano da mitologia do Complô revela-se sempre, no final das contas, a visão de uma Ordem no sentido religioso do termo, unitária, conquistadora, instrumento necessário ao êxito de um grande empreendimento, que compromete e transcende o destino de cada um (GIRARDET, 1987: 61-62).

Seguindo essa perspectiva trazida por Girardet, analisando a construção de organizações enquanto antítese da imagem do inimigo que combatem, trazemos às análises outra importante obra integralista do período áureo da AIB. No ano de 1937 foi lançado mais um livro de propaganda composto por artigos de Plínio Salgado publicados n'*A Offensiva*. A obra *Páginas de Combate*, cujo título é bem sincero em relação ao seu conteúdo, ilustra densamente a relação intrínseca entre o funcionamento do “mito da Conspiração” e do “mito do Salvador” na narrativa política de Salgado.

A maioria dos artigos desse volume já havia sido publicada em jornais ou livros do autor. Mas quando reunidos e apresentados sob este título, construíram uma obra de caráter radical, cujo tom imprimido pelo autor é o de um boletim da ação paralela de vigilância que o integralismo assumiu contra “os inimigos da Pátria”, as conspirações secretas: “Nesse campo da atividade dos camisas-verdes a nossa batalha tem sido constante, ampla, complexa, magnífica pela revelação diária da perseverança e capacidade de resistência dos soldados do Sigma” (SALGADO, 1937b: 5).

Ou seja, existia uma guerra quase oculta que o integralismo travava em nome do Brasil, mas era uma guerra terrível de amplitudes colossais, contra um inimigo infiltrado que agia de forma desleal, corrompendo, iludindo, infectando os bons costumes.

Estas “Páginas de Combate” refletem alguns aspectos desta luta em que nos empenhamos. Evidenciam a grandeza de nossa fé e o esfacelamento do adversário, nas arestas das contradições, das incoerências. Mostram, ainda, o crime hediondo que estão praticando, por omissão, todos aqueles que assistem de braços cruzados a este drama comovente que é a batalha cívica dos camisas-verdes da Pátria (SALGADO, 1937b: 6).

O artigo “As duas faces de Satanás” traz as duas formas de combate realmente efetivo ao comunismo: o intelectual e o moral; pela crítica, pelas ideias, pelos livros, na tribuna e na imprensa, aliviando o sofrimento da massa e lhes concedendo exemplos de virtude. Por isso, a luta do integralismo é contra o conceito de vida materialista, cujo comunismo é mero sintoma, que dissolve as identidades e tradições mais brasileiras com o “sensualismo”, a “grosseria de sentimentos”, o “domínio dos instintos”, sórdidas estratégias do “Complô mundial” (SALGADO, 1937b: 7). Em “Carta aos inconscientes” o autor exclama: “Somos extremistas da dignidade do Brasil. Somos extremistas em nosso amor a Deus. Somos extremistas no culto das virtudes” (SALGADO, 1937b: 22).

Entre relatos de batalhas cruentas, onde se tornaram mártires da memória do integralismo vários camisas-verdes, tombados em confrontos contra comunistas e/ou membros da ANL, encontramos o artigo “O drama de um herói”, que fala da prisão de Luiz Carlos Prestes após o fracasso do levante da ANL em 1935: “Ei-lo, finalmente! Meus olhos dão sobre a sua fotografia. Meu coração se aperta. É o meu inimigo. É o polo oposto. O antípoda. E, entretanto, nenhum ódio me exalta. Nenhuma alegria por vê-lo assim, preso, vulgarmente, numa cena sem romantismo e sem brilho” (SALGADO, 1937b: 77).

Salgado louvou a iniciativa da Coluna que levou o nome de “Prestes”, por que ela teria agitado de esperanças todo o Brasil, ao embrenhar-se no sertão. Mas condenou severamente o que julgou ser o transvio de seu chefe para o messianismo, segundo Salgado, um mal brasileiro já denunciado por Euclides da Cunha. Prestes teria se tornado, na interpretação de Salgado, em um líder de um movimento bizarro e execrável, que se deixou guiar por um “tabu humano”, como Joana D'Arc ou Dom Sebastião, um líder que teria sido mais uma triste vítima da decomposição pelo materialismo (SALGADO, 1937b: 80).

As notícias da onda vermelha pelo mundo foram narradas por Salgado com imagens

chocantes. No artigo “O lobo com pele de ovelha”, Salgado atacou o abaixo-assinado encabeçado pelo escritor espanhol Jacinto Benavente, que pedia ajuda aos colegas do mundo inteiro junto a seus países pelas populações massacradas pelos bombardeios do general Franco durante a Guerra Civil Espanhola. Salgado não respondeu a Benavente com meias palavras:

Pergunto-lhe, preliminarmente, se a doutrina comunista, de que é adepto o governo de Madrid, dá alguma importância aos sentimentos de humanidade, ao cavalheirismo, ao respeito que se deve ao adversário, à sua família e à sua religião. Pergunto-lhe por que foram incendiadas as igrejas espanholas? Por que foram massacrados os sacerdotes? Por que foram violentadas as mulheres? Por que foram saqueadas casas particulares? Por que foram mortos, a coronhadas, inocentes civis? Por que foram invadidos e depredados os conventos? Por que foram vilipendiadas as freiras? Por que foram pobres camponeses queimados vivos? Por que se untaram de gasolina, ou de pezo, tantos paisanos, aos quais se ateou fogo, para que padecessem uma morte terrível? Por que foram profanadas as sepulturas? Por que a guerra vermelha não respeitou nem a paz dos mortos? (SALGADO, 1937b: 156).

Por que tão radical? Por que o autor se mostra convicto de que “o bolchevismo é a mais evidente, a mais eloquente e a mais palpável das provas de que Satanás existe e atormenta os homens” (SALGADO, 1937b: 157)? A questão se tratava justamente era de mistificar o movimento integralista, torná-lo parte de um enredo maior, com interesses e expectativas para muito além da política partidária, do sufrágio e do golpe de Estado. Enredo este que previa um rearranjo das relações de poder na sociedade a partir da modificação do paradigma de apreensão do real, obra maior a ser realizada pela revolução cultural dirigida pelo Estado Integral. Para isso, era “preciso crer” e “criar o inimigo”, caso esse não existisse.

Salgado alega no artigo “Em face do Dilúvio”, que em face da infiltração do comunismo em todas as instituições - partidos políticos, associações civis e Estado - o único reduto que permaneceu incólume à invasão da onda vermelha foi a Ação Integralista Brasileira, odiada pelos bolchevistas e pelos burgueses conformistas, segundo o autor. Conforme escreveu nesse artigo, “Razão de sobra tinha Dimitroff quando, na reunião da Internacional de Moscou, declarou que, para a conquista do Brasil pela Rússia, urgia, antes de tudo, aniquilar o Integralismo, terrível empecilho às manobras do Komitern e do Partido Comunista” (SALGADO, 1937b: 33), ressaltando o papel “eficiente” que a AIB cumpriria no desmantelamento das conspirações contra a pátria.

Nós hoje vivemos dias nervosos, de expectativas cruéis. Ninguém sabe, ao certo, de que lado está o perigo. O que se sabe é que se conspira. Conspira-se por todos os meios e modos. Quem conspira? Ninguém sabe. A situação, porém, não precisa ser comentada: basta saber que foi prorrogado o “estado de guerra”. É o governo que, patrioticamente, põe a Nação de sobre-aviso. É o parlamento que, em consequência, prorroga o indispensável eclipse constitucional. Sente-se no ar qualquer coisa. Como um sismógrafo, o Governo registra os vagos tremores. Onde se encontra o epicentro? As famílias ignoram. O povo nada sabe. Mas todo o estado de espírito dos dias transcorrentes, é o estado de espírito dos dias em que Noé preparava a sua Arca (SALGADO, 1937b: 33-34).

Podemos dizer, assim como Girardet, que se trata do “eterno combate no qual o mundo é a aposta”, sendo esta representação a encarnação de todas as forças maléficas contra o que é aceito e vivido como “verdadeiro”, “justo” ou “santo”, a “imagem sempre renascente do complô não pode ser compreendida senão como uma das ilustrações, a mais poderosa talvez, mas não a única, dessa concepção antitética da ordem universal” (GIRARDET, 1987: 49).

No artigo “Carta aos Inconscientes”, publicado *n’A Offensiva* em agosto de 1936, Salgado nos deixou um fragmento de texto bem ilustrativo, cujo teor vai ao encontro da chave de leitura apontada por Girardet e compreensível para a maioria de nós, sob a forma de conceitos antitéticos assimétricos que derivam do princípio de oposição entre Bem e Mal:

A esquerda é violência, é o golpe cruel, é o assassinio frio, é o defloramento em massa, é o saque organizado, é o massacre, é o incêndio, é a blasfêmia. A direita é a união sagrada em torno da Bandeira da Pátria, das tradições nacionais, é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade, é a delicadeza dos sentimentos, é o pudor individual e coletivo, é o sacrifício, é a honra de uma Nação (SALGADO, 1937b: 22).

Analisando a utilização do mito conspiratório apenas entre 1936 e 1937, percebemos que, muito embora então não fosse mais prioridade o assalto ao Estado; a postura de Vargas se não era de simpatia, era no mínimo de condescendência; e a ANL, principal ameaça “comunista”, já havia sido debelada no ano anterior com a prisão de Prestes, a noção de luta permanente foi ampliada e se tornou cada vez mais mobilizadora na AIB. Mas não se tratava da luta violenta, uma conflagração bélica, mas sim de um permanente estado de vigilância e repressão aos “maus hábitos”, aos desvios do padrão Integral de Homem.

O tema da conspiração, inserido nesse contexto, engendrou a mobilização das massas sob o pacto de uma nova sociabilidade, celebrado na iminência de um perigo maior,

representado pelas representações da “crise”. Eis a deixa para o “homem providencial”, o “curandeiro da tribo”, o “mágico” como se referiu Cassirer ao político moderno na Era da política de massas, personagem chave no que Girardet chamou de “mito do Salvador”. Este seria um “estadista iluminado”, tão largamente esperado pelos adeptos dos regimes corporativistas – sobretudo os autoritários e especialmente os totalitários - como o homem que interpretaria o caos então presente, assim como a nova ordem que dele deveria surgir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise se tornou um dos mais básicos conceitos da linguagem política moderna. Após a Primeira Guerra Mundial, se tornou constante na literatura e na política por todo o mundo. Na década de década de 1930, no Brasil, a crise, assumindo muitos sentidos, sem dúvida, tornou-se, à direita e à esquerda, o mote perfeito para a radicalização da política, que se tornava mais violenta do que nunca, na era dos movimentos e partidos revolucionários militarizados. Todavia, o que surge aos olhos do historiador com mais clareza, vem a ser o efeito discursivo que as representações da crise produzem, trazendo com isso sérias implicações no processo histórico de transformação das estruturas sociais.

Atento aos transtornos da “crise” e da incerteza dos destinos, Salgado investigou e compreendeu as potencialidades da narrativa mítica no plano da política de massas. Salgado afirmou que o político moderno deveria ser um líder cuja capacidade de síntese da realidade só poderia ser comparada a um verdadeiro milagre, excedendo as convencionais faculdades humanas de intuição. Esse “homem providencial” capaz de vencer a “crise” e inaugurar um novo tempo para seu povo era representado enquanto o portador do “Verbo”, no mesmo sentido em que este conceito aparece na maior parte dos mitos cosmogônicos: como a origem da Ordem universal.

Nesse sentido, a narrativa mítica integralista, com seus mitos conspiratórios, não permaneceu reclusa ao mundo fabular. Ela fez parte de uma transformação muito maior que ocorreu tanto ao nível social e político quanto ao nível linguístico e conceitual, durante o período Entreguerras, principalmente em países de modernização tardia, como Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Brasil, onde vicejaram os partidos revolucionários militarizados de direita, autoritários, nacionalistas, corporativistas e, quase sempre,

totalitaristas. Salgado, ao propor subverter o paradigma racionalista com o novo paradigma integralista – mítico, intuitivo, romântico – preparou o público alvo das mitologias políticas que o Chefe Nacional da AIB articulava em seus discursos e narrativas, usando o medo e a comoção como forma de arregimentar as massas, sob a proteção que a ideologia integralista prometia a seus militantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRED, José Luiz Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem*: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.

CASSIRER, Ernst. *Linguagem e Mito*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *O Mito do Estado*. São Paulo: Códex. 2003.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez 2002, p. 354-388.

CEPÊDA, Vera Alves. “Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934”. *Perspectivas*, São Paulo, v. 35, pp. 211-242, jan-jun 2009.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. *O ardil totalitário*: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. “Apresentação”. In: A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, n 26, jan 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a01.pdf, acessado em 21 de janeiro de 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PINTO, António Costa. “Fascism: a ‘revolutionary right’ in interwar Europe”. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. *Themes in modern European history, 1890-1945*. Nova York: Routledge, 2009, pp. 215-242.

POCOCK, John. G. H; MICELI, Sérgio (Orgs.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1979.

Fontes de pesquisa

_____. *Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira*. Niterói, Edição do Núcleo Municipal de Niterói, abr 1937.

SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

_____. “Literatura e Política”. In: _____. *Obras Completas*. São Paulo: Editora das Américas, 1956, v.19, pp. 1-125.

_____. *O que é Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1937a.

_____. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro: Antunes, 1937b.

_____. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

ARTIGO ENVIADO EM: 03.03.2016
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 23.05.2016